

outubro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei Orgânica n.º 8/2015, de 22 de junho, e pela Lei Orgânica n.º 9/2015, de 29 de julho, bem como o contencioso inerente a essa matéria.

Ficam expressamente ratificados todos os atos já praticados pela ora delegada, no exercício da competência supra referida.

5 de janeiro de 2018. — A Ministra da Justiça, *Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem*.

311060877

Gabinete da Secretária de Estado da Justiça

Despacho n.º 815/2018

O artigo 52.º do Estatuto do Notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de fevereiro, prevê o funcionamento no âmbito do Ministério da Justiça do Conselho do Notariado, composto pelo bastonário da Ordem dos Notários, pelo presidente do Conselho Diretivo do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., por um elemento designado pelo Ministro da Justiça, por um notário indicado pela Ordem dos Notários e por um jurista de reconhecido mérito, cooptado pelos anteriores. Nos termos do disposto no n.º 3 do mesmo artigo, o presidente do Conselho do Notariado é designado pelo Ministro da Justiça.

Assim, nos termos do disposto no artigo 52.º do Estatuto do Notariado e da delegação de competências da Sra. Ministra da Justiça realizada através do Despacho n.º 977/2016, de 20 de janeiro e do despacho n.º 6856/2016, de 24 de maio, determino:

1 — O Conselho do Notariado tem a seguinte composição:

- António Jorge dos Santos Batista da Silva, Bastonário da Ordem dos Notários;
- José Ascenso Nunes da Maia, Presidente do Conselho Diretivo do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P. (IRN, I. P.);
- João Fernando Rodrigues Amaro da Luz, designado pela Secretária de Estado da Justiça;
- Alex Jan Himmel, indicado pela Ordem dos Notários.

2 — Designo para o exercício de funções de presidente do Conselho do Notariado José Ascenso Nunes da Maia, Presidente do Conselho Diretivo do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

3 — É revogado o Despacho n.º 8691/2016, de 28 de junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 128, de 6 de julho de 2016.

11 de janeiro de 2018. — A Secretária de Estado da Justiça, *Anabela Damásio Caetano Pedroso*.

311056243

EDUCAÇÃO

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Agrupamento de Escolas D. Dinis, Lisboa

Despacho n.º 816/2018

Nos termos da alínea b) do n.º 1, do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que foi extinto o vínculo de emprego público, por denúncia do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de acordo com a alínea d) do n.º 1, do artigo 289.º e n.º 1, do artigo 304.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, do Assistente Operacional Francisco Albino Rodrigues Vieira posicionado na posição remuneratória I, com efeitos a 26 de janeiro de 2018.

02.01.2018. — O Diretor do Agrupamento de Escolas D. Dinis, Lisboa, *José António de Sousa*.

311048354

Agrupamento de Escolas das Laranjeiras, Lisboa

Declaração de Retificação n.º 54/2018

Para os devidos efeitos, declara-se que o Aviso n.º 16/2018, referente ao procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de dois postos de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo para as funções correspondentes à ca-

tegoria de assistente operacional, foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 1, de 2 de janeiro de 2018, com as seguintes incorreções, que assim se retificam:

No n.º 13, «Composição do júri», onde se lê:

«Presidente: Maria do Rosário Santana Barreto Simões, Vogal da CAP
Vogais efetivos: Vera Maria Guedes São Miguel, Vogal da CAP
Vogais suplentes: Maria Luísa Baião da Constantina Jacome Nogueira»

deve ler-se:

«Presidente — Maria do Rosário Santana Barreto Simões, vogal da CAP.

Vogais efetivos:

Vera Maria Guedes São Miguel, vogal da CAP.
Maria Elisa da Silva Oliveira, coordenadora de estabelecimento.

Vogais suplentes:

Maria do Rosário Braz Simão Amaral Vergamota, vice-presidente da CAP.

Maria Luísa Baião da Constantina Jácome Nogueira, vogal da CAP.»

8 de janeiro de 2018. — O Presidente da CAP, *Prof. Amílcar Francisco Albuquerque dos Santos*.

311046791

Declaração de Retificação n.º 55/2018

Para os devidos efeitos, declara-se que o Aviso n.º 15641/2017, referente ao procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de 3 postos de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo para as funções correspondentes à categoria de assistente técnico, foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 249/2017, de 29 de dezembro, com as seguintes incorreções, que assim se retificam:

No ponto 13, Composição do Júri, onde se lê:

«Presidente: Amílcar Francisco Albuquerque dos Santos, Presidente da CAP

Vogais efetivos: Maria do Rosário Braz Simão Amaral Vergamota, Vice-presidente da CAP

Vogais suplentes: Maria do Rosário Santana Barreto Simões, Vogal da CAP»

deve ler-se:

«Presidente: Maria do Rosário Braz Simão Amaral Vergamota, Vice-presidente da CAP

Vogais efetivos: Maria do Rosário Santana Barreto Simões, Vogal da CAP; João Paulo Pinha Alvarez, Coordenador dos Serviços de psicologia

Vogais suplentes: Maria Luísa Baião da Constantina Jácome Nogueira, Vogal da CAP; Francisco José da Silva Guerreiro, Coordenador técnico»

8 de janeiro de 2018. — O Presidente da CAP, *Prof. Amílcar Francisco Albuquerque dos Santos*.

311046426

Escola Secundária Marquês de Pombal, Lisboa

Aviso n.º 957/2018

Procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de dois postos de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo para as funções correspondentes à categoria de assistente técnico.

1 — Nos termos dos n.ºs 4 e 5 do artigo 30.º, artigos 33.º a 38.º e n.º 5 do artigo 56.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e do disposto no artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril torna-se público que, por despacho do Diretor da Escola Secundária Marquês de Pombal de 14/12/2017, no uso das competências que lhe foram delegadas por Despacho n.º 9676-A/2017 da Diretora-Geral da Administração Escolar proferido em 2 de novembro de 2017, publicado em 3 novembro de 2017 no *Diário da República*, 2.ª série, 1.º Suplemento, n.º 212, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir do dia seguinte ao da publicação do presente Aviso no *Diário da República*, o procedimento concursal comum para preenchimento de dois postos de trabalho para as